


apuração anueteu o resultado requerendo dez votos "SIM" e sete votos "NÃO" e proclamou: "Aprovado o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa". A seguir, dando prosseguimento a Ordem do Dia, o Senhor Presidente encaminhou a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 021/95 e 022/95 ou seja, Projeto de Lei 022/95. A seguir, foram aprovados os Requerimentos nº 065/95, 066/95, 068/95 e 069/95. Rejeitado o Requerimento nº 070/95. Aprovados as Indicações nº 057/95 e 058/95. Terminado a Ordem do Dia, e não havendo Oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou o presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação do Plenário, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ass:  

Ata da Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativa da Câmara Municipal de Cabo Frio realizada no dia vinte e junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco.

Das dezessete horas do dia vinte e junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Senhor Ary Silva da Rocha e com a cooperação do Primeiro Secretário pelo Vereador Luiz Antônio de Bello Cabas, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamado requerimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Basso de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira do Anjo, Antônio Carlos de Carvalho Diniz, Carlos Roberto Soares dos Santos, Diogo Pereira da Silva, Eduardo Arrais Kato, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schmidt, Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Brito e Waldemar Ruyvivo de Aquino Neto. Por unanimidade o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome

de 1945. A seguir, foi lida e aprovada Ata da Sessão Ordinária do Primeiro Período legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do ato regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ofício GARE nº 186/95 assunto: Art. 111-26 do Regulamento nº 040/95 de autoria do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto. Projeto de Lei nº 023/95 de autoria do Vereador Luiz Antonio de Azeite Cobas, assunto: Rua denominada Prefeito Francisco Nazareno a Rua com início no Quilombo Joaquim Daquero e término na Rua Barquês de Minda próximo à Praça Alfredo Castro em São Cristóvão. Requerimento nº 061/95 de autoria do Vereador Arlindo Augusto da Silva assunto: Dispor sobre outorga de Licença de Aluguel ao Deputado Sédio Roxo pela atuação firme na defesa da legalidade e dos interesses do povo de Cabedelo, na Assembleia Legislativa. Indicação nº 045/95 de autoria do Vereador Aires Bezerra de Aguiar, assunto: Solução ao Excmº Sr. Prefeito Municipal, Obras de ampliação do Posto de Saúde Dr. Paulo Humberto Silva, localizado em Unidade 2º Distrito do Município de Cabo Frio. Indicação nº 050/95 de autoria do Vereador Silas Rodrigues Bento, assunto: Solução ao Excmº Sr. Prefeito Municipal redutores de Velocidade na Rua José Paes de Abreu, em frente a Casa das Baterias de Construção, dez metros antes da Glebomare. Indicação nº 059/95 de autoria do Vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto, assunto: Solução ao Excmº Sr. Prefeito Municipal o reaparelhamento da Avenida Duque Almir dos Santos, localizada no Bairro Guarany. Indicação nº 060/95 de autoria do Vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto, assunto: Solução ao Excmº Sr. Prefeito Municipal o reaparelhamento das Ruas Jacuendes de Varilla e Governador Valladares, localizadas no Bairro Guarany. Indicação nº 061/95 de autoria do Vereador Luiz Antônio de Azeite Cobas, assunto: Indica ao Excmº Sr. Prefeito Municipal a pavimentação da Rua José Cupertino de Santana no Bairro de São Cristóvão. Terminada a leitura do Expediente e não havendo diaderez inscrites para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente Luiz Silva da Rocha, deu início ao Expediente, comunicando que atendendo o requerimento do Ilustre Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, convocado, estava presente a Secretária Municipal de Educação, Professora Eliecia Silveira. A seguir, o Senhor Presidente solicitou aos Vereadores Alfredo Luiz da Rocha Barreto

e Antônio Carlos Cururo do Anho, que acompanharam a Secretária para que a mesma fizesse parte do Mesa Diretora dos trabalhos. A seguir, ratificando, diz o Senhor Presidente Cyr. Silva do Anho, que atendendo a aprovação do Regulamento nº 056/95 do Vereador Alfredo Luiz do Anho Barreto, a Câmara tinha a satisfação de receber a Secretária Municipal de Educação, Professora Eliecia da Silveira, e ainda, que era sempre agradável receber aos Senhores Secretários, prestando melhores esclarecimentos quanto a Administração Municipal, e assim, agradável a Secretária e a todos os presentes. Falou ainda o Senhor Presidente que a Câmara se sentiu honrada sempre que os Senhores Vereadores também fossem convocados para prestar esclarecimentos sobre as atividades legislativas. Iniciando as perguntas, o Vereador Alfredo Luiz do Anho Barreto indagou da Secretária Municipal de Educação como via o cargo honorário, a questão dos salários dos Professores e seus desdobramentos, e ainda, como interpretava o Artigo 39 do 5694, sobre a valorização do magistério, também transcrita com semelhança pela Lei Orgânica pela Lei Orgânica do Município. Perguntou também sobre a situação dos Inspectores de Alunos. Iniciando sua participação, a Secretária Municipal de Educação saudou inicialmente ao Presidente da Câmara, e aos Senhores Vereadores, falando o seguir de sua alegria por estar presente, pois entendia a preocupação da Câmara com a questão da Educação resultando em sua convocação, no caso, entendia, ser a própria Secretaria Municipal de Educação no legislativo. Falou que assim procedendo a Câmara exercia fundamentalmente suas prerrogativas e deveres, não só apontando falhas, mas, junto com o Governo, direcionando sugestões e soluções. Falou das indicações recebidas da Câmara, e falou do seu respeito para com tais manifestações e, quando não podia atendê-las respondia a Casa, e outras eram colocadas em prática. Respondendo ao Vereador Alfredo Luiz do Anho Barreto, disse que em março de 1993, a Câmara aprovou Lei criando os cargos de Professores C, D e A e assim a questão era corrento. Falou a seguir, que no dia 24 de junho, seria instalado no Edifício Anjo o 3º Fórum Municipal de Educação, tendo como objetivo a discussão de Plano de Cargos e Funcões, que implantado resolveria uma série de distorções no legislativo. Com relação a questão dos concursos, disse que a época não se recepitava qualquer questionamento, quanto aos cargos criados, e ainda, que o concurso fora realizado em parceria com o Sindicato. Quanto a que

Lucas

lão dos salários, e os cálculos, esclareceu que havia uma pequena confusão, pois o Diretor Municipal recebia remuneração e, não recebia por hora aula. Disse que o Decreto 2.76/95, corrigiu uma injustiça, que não existia apenas em Cabo Frio, e assim se procurava corrigir tais distorções, injustas, principalmente com relação a carga horária, e assim de forma invidiosa e entristecedora, prevalecia-se o equilíbrio funcional com relação a salário. O requer, solicitou ao Senhor Presidente que passasse aos Senhores Vereadores os cálculos para a hora semanal trabalhada, e fez comentários sobre o assunto. Falou o requer da luta do Vireto para que os Professores acutassem a carga horária única, para que fossem eliminadas injustiças e divergências. Quanto a valorização do Magistério, disse que não passava apenas pelos salários e, exibiu tabelas mostrando que no período do atual Governo, os Professores haviam tido ganho mínimo de 40% (quarenta por cento), em relação a inflação. Enfatizou que a valorização salarial passava também pelas condições de trabalho, pelo respeito ao funcionalário, lembrando que os Professores chegaram a receber salários sob o sol ou chuva, em locais não adequados, e que atualmente recebiam na Sede Bancária. Falou o requer, que era contra a função de Inspetor de Alunos, entendendo que a nomenclatura não condizia com a postura desejada pelo Governo, pois o Professor tinha que ser primordialmente um Educador. Disse que havia encontrado no quadro, pessoas que eram inspetores mas que muitas vezes não tinham condições de desenvolver um bom trabalho, e, em compensação outros, que auxiliares ou serventes, tinham todo um perfil de Educador. Disse que o exercício do Inspetor de Alunos passava a ser uma função gratificada, ao arbítrio dos Diretores de Escolas, e assim, não era uma atividade definitiva, mas sim temporária, mas estavam respeitadas as atuais Inspetores de Alunos que eram estatutários. Disse que ainda não haviam sido nomeados os novos Inspetores de Alunos, porque a Secretaria estava capacitando funcionalários para tal atividade, mas, existiam dificuldades. O requer, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto perguntou quando o Governo encara a função gratificada de Inspetor de Alunos. Respondeu a Secretária que não tinha tais dados, mas responderia em outra oportunidade, mas com certeza fora através de Lei. Observou o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto

que na lei 1.885, no Artigo 5º, eram criadas "Uniões Gráficas", entre elas  
 a de Inspetor, não compreendendo Inspetor de Alunos, mas não era a do pro-  
 fessor e 140, 120, 120, apenas incluía na Tabela. O requer, o  
 Secretário Almirante Maurício de Azevedo fez perguntas quanto a carga  
 horária de Professores e ainda sobre os Inspetores e suas classificações. Com  
 relação ao cargo teórico diferenciado para Professores, disse o Secretário  
 que era uma política do Governo, baseada na própria LDB que estava tra-  
 mitando no Congresso, de uma Conferência Nacional de Educação, tendo  
 como base a dedicação exclusiva do professor a uma Escola, tendo como  
 estímulo o contrapartido de melhores salários. Com relação ao quanto  
 havia de Inspetores, disse existir um quadro no Secretário, e que nas Es-  
 colas de Primeira a Quarta havia um Inspetor de Alunos para cada  
 dez turmas, e, de quinta a oitava, com maior número de turmas, um In-  
 spetor para cada cinco turmas. O requer, o Vereador Milton Pereira do Sil-  
 veira abordou a estadualização do Ensino, e, o que o Secretário Municipal  
 de Educação entendia como Ensino fundamental. Respondendo, disse o  
 Secretário que de acordo com a LDB, e a própria Constituição, falava-se que  
 o Ensino do Segundo Grau era obrigação do Estado, e, Primeiro Grau do  
 Municipal. Respondendo, disse o Secretário que o Governo do Estado ma-  
 nifestava o desejo de Municipalizar Escolas de Primeiro Grau, aduzin-  
 do a Professores e alunos, que muitos Municípios com Escolas já municipal-  
 izadas passavam por várias dificuldades, visto o Estado não repassar  
 verbas. Disse que em Cabo Frio, as Escolas municipalizadas não rece-  
 biam de verbas estaduais, e que o Município arcava com todas as  
 obrigações e despesas. Disse que UNDIM, que congregava Secretários Mu-  
 nicipais de Educação começava a reunir todos os Municípios para dis-  
 cutirem a questão, e que lamentavelmente a Secretária de Estado de Edu-  
 cação não recebera o UNDIM para audiência. Salvo o requer do Fórum  
 de Educação a ser realizado em Itaguaí tendo como tema a municipaliza-  
 ção. O requer, o Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, indagou se  
 o Plano de Cargos e Salários poderia ser implantado no segundo seme-  
 tre, o qual a "máquina" realizada pelo Governo Municipal para atender a  
 suas necessidades em Educação, no primeiro ano de Governo, quan-  
 das as exigências eram aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Lucas

e quantos profissionais integravam o quadro. Respondendo, disse que o Plano de Cargos e Salários ainda sendo sistematicamente discutido, e que por vontade do Governo o Plano já estaria implantado, mas a questão era por demais complexa, e a Secretaria Municipal de Administração havia solicitado análise do IBAM na minuta, e, o Instituto havia apontado uma série de irregularidades, e assim, todo o trabalho seria refutado e no dia 29 de junho haveria um encontro dos Profissionais do Ensino, SEF e da Secretaria de Educação com o IBAM. Com relação ao atendimento escolar a seus mil educandos, disse que de forma racional os espaços haviam sido aprovulados pela Secretaria Municipal de Educação, e que tendo encontrado uma lista com doze mil e oitocentos alunos, atendida dezoito mil, trezentos e setenta e quatro alunos, sem que houvesse sido construídas mais salas de aula, e que até 3grupos eram aproveitados para a Educação. Falou ainda que no ano de 1993, quatro creches haviam iniciado atividades no Município. Disse que a lista escolar tinha noventa e quatro e um professores. O Vereador Carlos Roberto Siqueira dos Santos solicitou esclarecimentos sobre a evasão escolar no Município e como estava funcionando a Escola Agrícola, e como era o processo para o acesso a Escola Pública. Com relação a evasão de Alunos disse a Professora Glécia que em dois anos já fora reduzida, estando entre quinze e vinte por cento, que o objetivo era zerar tais índices. Disse que uma equipe da Secretaria fazia o acompanhamento com parâmetros técnicos, envolvendo fonoaudiólogos, assistentes sociais, testes e outros procedimentos, que detectavam quando o aluno começava a faltar, exigindo assim, o acompanhamento da equipe. Falou também do NIPÉ, Núcleo de Integração Pedagógica, formado por Orientadores Educacionais, Diretores, Orientadores Pedagógicos e atuava fundamentalmente na evasão escolar e repetência. Com relação a Escola Agrícola de Campos Novos, disse que a unidade estava funcionando no plenejo, havendo grande motivação dos alunos, da comunidade e dos professores, e que brevemente os frutos do trabalho iam surgir. Respondendo sobre o acesso a Escola Pública no Município, disse a Professora Glécia que não havia qualquer tipo de discriminação. Disse que para a quinta série, para o segundo grau, era norma do atual Governo aplicar

uma prova para avaliação classificatória para que fosse evitado o apadrinhamento ou proteção. Perguntou o Vereador Orlando da Silva Freixo sobre o fundo de Educação e como estava sendo aplicado. Disse a Professora Bliceca que o fundo Nacional de Educação, tão propagado na televisão, diz-se em março o projeto era encaminhado ao Governo Federal, e que em novembro de 93 a Prefeitura receberia valor ínfimo, visto a inflação. Disse que o valor foi devolvido ao Governo Federal, pois sequer dava para levantar uma parede. Disse que em 94, os recursos haviam sido atualizados tendo sido recebidos cerca de doze mil e sete mil reais depositados no Banco do Brasil, e que seriam aplicados na construção de escolas em Euzé, cerca de cem mil reais, e que o saldo restante era totalmente aplicado em outros programas da Secretaria Municipal de Educação, incluindo capacitação de professores, material de consumo e equipamentos. Disse que em 95, o Governo Federal estava adotando outro dinamismo, com os recursos sendo dirigidos diretamente à Escola, e, que havia uma reunião com Diretores para que cada Escola fizesse sua opção pelo recebimento direto ou através da Prefeitura. A seguir, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto fez comentários sobre a problemática do Ensino em Cabo Frio, os problemas vividos pelos profissionais, a questão salarial e, por fim, indagou da Secretaria a que poderia ser atribuído, na concepção do titular da Secretaria o processo do Fórum da Política Salarial. Falou ainda o Vereador do PT, pelo Secretário afirmado haver ganho real de salários, e insistiu para que a proposta da Secretaria fosse feita, pois tinha números diferentes. Falou também ter em seu poder bilhete da Secretaria Municipal de Educação, pedindo matrícula na Escola Estadual 31 de março, para o primeiro ano pedagógico, e, no bilhete afirmava ser uma solicitação conforme o combinado. Solicitou esclarecimentos da Secretária. A seguir, a Professora Bliceca passou as mãos do Presidente Que Silva da Rocha os bilhetes da Secretaria Municipal de Educação para que entregasse as mãos do Vereador Alfredo Barreto. A seguir, fez comentários sobre salários dos professores e os ganhos registrados na tabela à que se referia. Com relação a diferença de salários, disse que a questão era simples, pois quem trabalhava mais tinha que ganhar mais. Com relação ao bilhete referido pelo Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto

207

disse que realmente pediu vaga ao Diretor de Escola, e que o combinado era a respeito de que havia o compromisso de primeiro haver uma consulta por telefone, para após ser encaminhado o pedido, não havendo nada em relação a outros insinuações do Vereador. Quanto ao Fórum de Política Salarial, disse que continuava participando, que havia avanços e assim, a pergunta deveria ser dirigida a quem não estava participando. Reafirmou que o Governo tinha política salarial, configurado pelos cinquenta e cinco por cento da arrecadação, e o respeito a tal índice, e sempre que os 55% fossem superiores para reajuste, o mesmo seria discutido no fórum, e assim era preciso acabar com o discurso que o Governo não tinha política salarial. Em Questão de Ordem, o Vereador Carlos Roberto Joqueira dos Santos, solicitou a Presidência que fosse concedida ao Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto o tempo não utilizado por outros Vereadores, visto ser o representante do PT, Professor e assim ligado a que lida. Disse o Senhor Presidente Euril Silva da Rocha que o Ilustre Vereador teria levantado Questão de Ordem, mas não deixou onde a Presidência interviria o Regimento e assim, indiferença a Questão de Ordem. A seguir, o Vereador Carlos Roberto Joqueira dos Santos indagou como a Secretaria iria a aplicação do Plano Decenal, com vistas principalmente a absorção gradual pelo Estado de Rede de 2º Grau, cabendo ao Município toda a Rede de 1º Grau. A seguir, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, complementou a pergunta do Vereador Carlos Roberto Joqueira dos Santos, sobre o Plano Decenal, indagando se tais questões seriam decididas pelo fórum de Educação local com seus degrados regionais ou, a Secretaria de Educação de Estado com as Secretarias Municipais. Respondendo, disse a Professora Eliecia que o Plano Decenal deveria ser cumprido até o ano 2003, mas entendia que o Plano deveria ser discutido pois muitos pontos eram de responsabilidade integral dos profissionais da Educação. Com relação a reorganização da Rede, disse que era preciso ser mantido o que estava no Plano e na Lei Orgânica, mas, por sonhos ou desejos pessoais, o Município não poderia ser levado ao processo, e assim, todos os envolvidos tinham que ser inteligentes e racionais para não deixar que o Município não podia assumir tudo. Disse ser frontalmente contra a forma como o Governo Estadual queria implantar, transpe

↓



vir escolas para o Município. A seguir, em procedimento a Professora Elvira divulgou as atividades de sua Secretaria, apontando os pontos positivos e as providências para que faltas fossem sanadas. Agradeceu a atitude da Câmara Municipal, colocando-se a disposição, pois devia respeito à Casa, pelo valor que reconhecia no Poder Legislativo Cabupirense. A seguir, o Senhor Presidente manifestou a satisfação da Câmara por receber a Professora Elvira, Secretária Municipal de Educação, e não agradecia porque quando convocada por Requerimento, não só Secretários, como Prefeito, eram obrigados a comparecer. A seguir, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por dez minutos. Terminados os trabalhos, o Senhor Presidente Virador Luiz Silva do Rocha solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Virador Luiz Antônio de Nello Cohen a chamada regimental. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alípio Luiz do Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Carlos Roberto Siqueira dos Santos, Dirceu Ferreira da Silva, Eduardo Corrêa Kitz, Josen Luiz de Araújo, Joaquim Schmitt Mourão da Rocha Mendes, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Sinto e Waldir Maurício de Aquino Sob. Ma. Sendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado com os (três) votos contra o Requerimento de Urgência nº 028/95 para o Projeto de Lei nº 014/95 - Mensagem nº 008/95 encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 023/95. Aprovado com os (dois) votos contra o Requerimento nº 064/95. Aprovadas as Indicações nºs 045/95, 050/95, 059/95, 060/95 e 061/95. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente pangeou a tribuna para a Explicação Pessoal. Depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Alfredo Luiz do Rocha Barreto, falando inicialmente que se sentia constrangido por não estar presente a Secretaria Municipal de Educação, pois gostaria de abordar outros pontos fundamentais para a Educação no Município. Prossequindo, obteve do Plenário qual apreciação a ser adotada pelo Legislativo, com relação as irregularidades cometidas na criação de cargos pela Prefeitura. Arquivou que o Lei J. 225 criou o cargo de Inspetor, e no Decreto 2 116 criou a função gratificada de Insp.

10

Diretor de Alunos, representando para o bolso dos vinte e seis Inspectores de Alunos, um prejuízo durante mais de dois anos, pois embora tendo prestado ao  
 não recebiam o parcela financeira correspondente. Indaguei se o Senhor  
 Prefeito continuava imbuído na tabela diversos cargos, somente com sua  
 encação, e qual a posição do Câmara Municipal. Falou dos danos causados  
 por tal tipo de política, principalmente quanto a Educação, ao Inspector de Alunos, ao Auxiliar Administrativo, ao Professor "B" 16 horas e "A" 16 horas.  
 Disse ter ficado assustado quando ouvira do Secretário Municipal de Educa-  
 ção que praticava o Inconstitucionalidade. Falou que a Confederação Na-  
 cional, os Sindicatos, não queriam mais o Professor de 1º e 4º, trabalhavam  
 quarenta horas porque era desumano. Disse que, nos países desenvolvi-  
 dos a maior incidência de casos psicóticos se registrava em tal categoria,  
 tinha sérias restrições quanto a posição do Secretário com relação aos  
 adaptados. Disse que por um estatuto dado por período médio do Brasil  
 a Secretária julgava que tais profissionais estavam "gafetando", estavam  
 com medo de ir para a Sala de Aula, quase obrigando a uma situação de  
 banha, quando o Professor trabalhava uma semana e na outra ficava  
 hospitalizado. Disse ter notícia de Professores sem condições de estarem  
 a frente de Salas de Aula, porque estavam com problemas mentais e, a  
 Senhora Secretária tentava em colocar tais profissionais a frente de tur-  
 mas gerando total irresponsabilidade. Disse que não se sentia satisfeito  
 com relação a quem acabava com a possibilidade de um acordo no fó-  
 rum, porque fora constituído em 18 de janeiro e, gostaria de lembrar tal  
 fato a Secretária. Ainda sobre o Fórum disse: "Porque o Fórum foi constituído  
 no dia 18 de janeiro, eu queria lembrar isso a Secretária, com uma pom-  
 pa terrível dentro do Secretariado, fui eu convidado, cheguei lá estava to-  
 do o "staff", nunca vi tanta gente do Governo dentro do Gabinete. Uma  
 tremendo festa, para no dia 20, e aí, estou de frente para o Vereador que  
 cobrou do PT, atitude do Prefeito, quando naquela oportunidade abriu o fó-  
 rum e botava para fora, fazia uma lista de demissões. Banquete dentro do  
 Prefeitura do dia 18 que isso era muito, e, tive que responder ao Artigo que o  
 colega fez e muito proposital, com muita razão de ter feito, porque o Prefeito  
 abriu a negociação de um lado e empurrava uma lista dos servidores por  
 outro, sem respeitar o Fórum. Depois, o Governo, além das demissões que

2

3

com a tática de continuar mandando Mensagens, minúsculas e com diferenças de salários. O Secretário que lá desenha a política salarial do servidor, ganhava sempre o dobro. A substituição que foi motivo do tecto do compromisso do Fórum Salarial, escreveu o PT que queria três representantes do Governo. Nós não sugerimos a Secretária Municipal de Educação, por entendermos que não era uma questão restrita à Educação. Chegamos lá com o Secretário desta substituição, com o Secretário de Ciências e Tecnologia, que foi ao fórum, que sem preguiça "isso a gente não pode responder agora, porque o Senhor Prefeito hoje não está aqui", sempre essa questão. Então, me parece quem mais fez para que o Fórum não tivesse o resultado tão esperado, foi o Governo, decretou a falência com essa coisa absurda e defendeu hoje, aqui, gravado, porque vai ter que ser cobrado essa postura e, espero poder, proximoamente, na reunião de Secretários Municipais, vamos endereçar um parecer do que ouvimos hoje da Secretária. Porque discutimos que sepo assim que pensam os Secretários Municipais, os Secretários Estaduais, porque ao se requer uma obra, não se paga mais ao servente do que ao Engenheiro, não se paga mais ao quem está no balde, do que quem faz o cálculo estrutural. Então, a especialização é algo quando, é algo que todos lutaram para que o salário pudesse ser de acordo com a formação, e a Secretária defendeu de maneira diferente, são os minutos que contam. E para terminar Senhor Presidente, é uma pena, mas a Professora Glécia não pediu a Professora Walu para que atendesse, pediu para que matricule, matricule o aluno Sábano Raul Barbosa dos Santos, deu eu lhe até estar estando o nome, mas, é este o texto, matricule, e nós não temos medo de afirmar. Foi feita uma turma na Escola 31 de março que serviu de "para-raios" para todos os Indicações de Dirigentes, de Secretários, de primeiro escalão, no primeiro Pedagógico. Foi essa a combinação feita pela Senhora Secretária Municipal de Educação, com o Colégio Estadual 31 de março, que eu tenho conhecimento. E, além, para terminar Senhor Presidente, novamente a questão da Câmara, pedir para que se de atenção, a aquilo que está escrito no Decreto, porque no Decreto foi criada uma função gratificada de Inspeção de Alunos. Eu fiquei surpreso, acho que a gente tem que tomar algum tipo de atitude, porque senão, amanhã vai outro Decreto, se vier outra coisa vamos ter que engolir". Não havendo mais Ordens para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou

10

a presente Sessão em nome de Deus, marcando uma Sessão Extraordinária para dentro de 10' (dez minutos). E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, não assinado para que produza seus efeitos legais. Per

~~Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte de junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco.~~

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte de junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco.

As dezoito horas do dia vinte de junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Guy Silva da Rocha e com a Auspício da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz Antonio de Abreu Cabral, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Bizzo de Figueiredo, Antônio Carlos Pereira do Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Dirlei Pereira da Silva, Edvardo Corrêa Neto, Luiz de Araujo, Raquim Schmidt, Marcos da Rocha Mendez, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Brito e Waldemar Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente Vereador Guy Silva da Rocha, disse que convocara a Sessão Extraordinária tendo em vista a aprovação do requerimento de Urgência nº 073/95 para o Projeto de Lei nº 014/95 - Emenda nº 008/95, que assim sendo as Comissões Técnicas se reuniram para emitir um Parecer em conjunto. Após as discussões, o Senhor Presidente colocou em votação o Parecer conjunto ao Projeto de Lei nº 014/95 - Emenda nº 008/95, sendo aprovado com 04 votos sobre 02 contrários, ou seja, foi aprovado Parecer favorável em conjunto com 04 votos contra. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar